



Reforma Urbana: benefício coletivo?

O Brasil e, centralmente, a cidade do Rio de Janeiro vivem um momento intenso no que diz respeito às intervenções urbanas, preparativos para os Megaeventos de que é sede. Contudo, o que observamos no Rio de Janeiro é só mais um exemplo do ordenamento urbano guiado pela ordem do capital que dita todo o plano urbanístico das metrópoles.

A especulação imobiliária e especulação fundiária promovem uma nova concepção de cidade que excluem as camadas mais desfavorecidas e vulneráveis da sociedade. O alvo principal são as favelas. Ainda de forma tímida os veículos de informação da grande mídia publicam denúncias de moradores contrários às remoções e despejos que acontecem em várias comunidades. Alguns exemplos são os do Complexo do Alemão e da Vila Autódromo. O primeiro favorecido com as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) teve uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) instalada em 2010, processo que alterou a vida dos moradores desrespeitados e ignorados.

Os investimentos que extrapolaram a cifra de R\$ 1 Bilhão não foram revertidos em políticas de serviços essenciais para a população, como: saneamento. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a ausência de um projeto completo de intervenção no Alemão foi a questão chave que desencadeou um desvio de metas que atingissem as necessidades reais da comunidade. Já o caso da comunidade de Vila Autódromo, símbolo da resistência popular às investidas dos interesses privados traduzidos na especulação, não se distingue das outras ameaças de remoções no Rio de Janeiro. Desde 2005, no contexto do Pan Americano, quando o atual prefeito Eduardo Paes (PMDB) era subprefeito da Barra da Tijuca, sofreu com o pesadelo das remoções. No entanto, a Vila Autódromo com muita luta e organização conseguiu concessão das terras, cedida pelo então governador Leonel Brizola (PDT).

“A gente sabia que o PAN era um ensaio, um desenho do que viria a seguir, o ovo da serpente que estava sendo chocado. E aí a serpente nasceu, na forma de Copa e

Olimpíadas”, diz Inalva Mendes, moradora da comunidade.

A Reforma Urbana, assim como a Reforma Agrária, é imprescindível para uma distribuição de terras de forma democrática e equitativa. Sendo uma bandeira fundamental para um modelo de cidade que zele o bem-estar da população e suas diferentes maneiras de ocupação do território.

Dados divulgados pelo mapa das remoções trazem um quantitativo de mais de sete mil famílias que serão atingidas pelas remoções. Uma agressão que provoca a perda da identidade cultural dos indivíduos com o meio em que viveram, onde criaram suas relações sociais, trabalham e manifestam suas características. O modelo de cidade vista como

“empresa” e entregue aos mandos e desmandos do capital aprofundam as desigualdades, ao invés, de urbanizar essas regiões preservando a cultura produzida com a participação popular nas políticas públicas.

